

Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
Rede Brasileira de Institutos e Centros de Juventude
Pós-Graduação em Adolescência e Juventude no Mundo
Contemporâneo

Rosangela Fernandes de Oliveira

Juventudes e Políticas Públicas

Um olhar dentro da conjuntura:

CRAS – Professor Jamil - Goiás

Goiânia – Goiás

2007

Rosangela Fernandes de Oliveira

Juventudes e Políticas Públicas

Um olhar dentro da conjuntura:

CRAS – Professor Jamil - Goiás

**Trabalho de conclusão de curso de
especialista na pós-graduação em
adolescência e juventude no mundo
contemporâneo, da Faculdade Jesuíta de
Filosofia e Teologia.**

**Professora Orientadora: Ana Maria
Trindade.**

Goiânia – Goiás

2007

Juventudes e Políticas Públicas**Um olhar dentro da conjuntura:****CRAS – Professor Jamil - Goiás****Rosangela Fernandes de Oliveira**

Monografia para a conclusão do Curso de Pós-Graduação *Latu Senso* em Adolescência e Juventude no Mundo Contemporâneo, submetido à Faculdade Jesuíta de Teologia e Filosofia e à Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude, como parte dos requisitos necessários para o grau de Pós-Graduada em Juventude no Mundo Contemporâneo.

Aprovado por:

Profa. Ana Maria Trindade

Data

Nota

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos/as aos jovens que freqüentam o CRAS de Professor Jamil, que apesar de toda dificuldade encontram um sentido para viver e ser feliz.

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos/as que de forma direta ou indireta ajudaram na concretização deste trabalho.

Aos funcionários/as do CRAS de Professor Jamil.

A professora Ana Maria Trindade, pela disposição e cuidado no acompanhamento.

“Coração de estudante
há de se cuidar da vida
há que se cuidar do mundo
tomar conta da amizade
alegria e muito sonho
espalhados no caminho...”

Milton Nascimento e Wagner Tiso
Coração de estudante.

Resumo

Este trabalho foi composto de alguns questionamentos a cerca da temática juventude como sabemos existem vários tipos, vários saberes e sabores de nomeação. Então este trabalho não pretende esgotar acerca da temática, mais questionar.

Partindo de alguns olhares sobre a juventude e como o conceito foi sendo tecido ao logo da história, será apenas uma parte do nosso ciclo vital, ou ainda esta começando a criar corpo.

Tentando dar este corpo escolhemos algumas questões sociais: globalização, exclusão social e políticas públicas. Tentamos compreender como estão as juventudes em algumas tomadas de decisões. E por fim alguns dados sobre a experiência do Programa Sentinela.

Palavras – chave: Juventude – Exclusão social - Políticas Públicas

SIGLAS UTILIZADAS

AIDS -	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CAJU -	Casa da Juventude Pe. Burnier
CRAS -	Centro de Referência de Assistência Social
CONJUVE -	Conselho Nacional de Juventude
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas
IES -	Índice de Exclusão Social
HIV -	Vírus da Imunodeficiência Humana
OMS -	Organização Mundial de Saúde
SNJ -	Secretaria Nacional de Juventude

SUMÁRIO

Introdução.....	10
CAPITULO I – Juventude e a Globalização.....	12
Juventude: Entendendo o conceito.....	12
Conceitos de Modernidade e Globalização.....	13
Juventude: Outros olhares.....	16
Capitulo II – Exclusão Social.....	19
Capitulo III – Além dos conceitos.....	24
Políticas Públicas.....	24
Políticas Públicas para a juventude: Primeiras Conquistas.....	27
Programa sentinela.....	30
Conceito de Violência.....	30
Experiências do programa Sentinela.....	33
Dados da pesquisa.....	35
Conclusão.....	40
Bibliografia.....	42

INTRODUÇÃO

Para iniciarmos a investigação sobre o fenômeno da juventude é necessário antes compreender como o conceito de juventude/jovens foi se construindo ao longo do tempo.

Queremos ir além destas definições, dialogaremos com alguns autores/as sobre algumas temáticas que estão intrinsecamente relacionadas com os/as jovens e juventudes e a partir destes múltiplos olhares que aprofundaremos as nossas indagações.

Partiremos inicialmente focalizando breves conceitos sobre o termo juventude, como também os conceitos de modernidade e globalização. E seus reflexos na exclusão.

Analisaremos os efeitos destas visões sobre a juventude na sociedade, nos meios de comunicação e no mercado de trabalho.

Como o romper deste novo século, podemos visualizar algumas mudanças a cerca de definições e conceitos sobre a juventude. Mas para que e para quem é importante conceituar juventude?

No campo das políticas públicas vamos primeiro saber que chão é este e aprofundar em alguns conceitos sobre o tema para tentarmos adentrar além deles.

Saber quais são as novidades sobre políticas públicas para a juventude, quais são os avanços depois de tantas definições de conceito a respeito da juventude.

A experiência do Programa Sentinela que é um programa Federal que trabalha especificamente com crianças e adolescentes vítimas de violência. O objetivo de se

trazer a experiência do programa é poder ter dados para analisar como crianças e adolescentes são vitimizados.

As hipóteses trazidas são:

1. As/os jovens moram com a família, pois em alguns casos eles/as são retirados de suas casas e vão para famílias substitutas no caso de abandono ou por falta de estrutura psicológica dos pais. Poderá provoca desligamento da família de origem? Como fica a renda destas famílias?
2. Como estes jovens passam o tempo livre e aqui é importante inclusive para saber como anda a oferta local dos espaços para a juventude. Tem investimento por parte dos governantes?
3. E por fim quais as melhores formas de lazer as/os jovens poderiam ter. Neste caso é importante, pois somente com uma análise local e sabendo destes /as jovens o que querem é uma forma de protagonismo.

CAPITULO I

Juventude e a Globalização

Juventude: entendendo o conceito

O termo jovem designa tanto o menino e a menina após a puberdade e que alguns autores utilizam o termo “o jovem adulto”, porque entende que o individuo esta com o processo de maturação do desenvolvimento.

Para Bock (1989, p.227) o termo “o jovem adulto” é a designação de um término de um período e que a construção não se dá separado da cultura. Então segundo a autora, este termo depende de como cada cultura dá ao jovem este papel de torna-se adulto. Mas fica claro que o biológico, não está separado da estrutura histórica, social econômica e cultural.

A definição do termo juventude inicia-se pela idade, que segundo o Instituto Cidadania (2004, p. 09 a 18) é de 15 aos 24 anos. É um período onde começa a adquirir mais responsabilidades, ou seja, independência, mas que depende também de como a cultura a sociedade entendem este período da vida.

Compreender a juventude passa também pelo viés sociológico, é preciso entender qual contexto social que essa juventude está inserida, em qual chão vive.

Boaventura (2003, p. 75 a 93), em seu livro “Pela mão de Alice”, escreve em forma de metáforas que o século XX “revelou-se um jovem frágil”, pois segundo o autor foi dependente e incapaz, ou seja, foi um século dominado pelo capitalismo que regulava o projeto de modernidade tanto no quadro político quanto no científico, tornando o individuo dependente do Estado, estava no pilar da regulação que segundo o autor causou uma política de exclusão.

Com a explosão do mercado multinacional onde a produção torna-se mais importante e a relação trabalho e salário não são valorizadas e o mercado passa a assumir o controle da população e do Estado que fica dependente da produção e para mostrar que ainda tem poder usa do autoritarismo.

Apesar da revolução de Maio de 1968, onde os estudantes queriam uma basta na relação de poder da sociedade industrial onde a política capitalista aprisionava os sujeitos, Para Boaventura, o século XX não foi capaz de resolver questões de dependência do mercado e em contrapartida as diferenças sociais geradoras de exclusão.

Conceitos de Modernidade e Globalização

Em Giddens (1991, p. 7 a 11) O autor chama a atenção inclusive com o título do livro “o mal-estar da Pós-modernidade” onde observa que o conceito de modernidade como uma construção da sociedade onde seguimos as regras sociais. Estas regras estão baseadas em um tripé: beleza, limpeza e ordem que para Giddens traduz em Modernidade.

O texto provoca sobre o mito criado pela modernidade que faz todos (as) pensarem e vislumbrarem algo melhor para a humanidade sem olhar o que estava por traz. A rigidez pela a beleza, limpeza e ordem impõem padrões de comportamentos, onde para normalizar este padrão de adequação e toda adequação entende-se como perda.

O individuo foi colocado em uma caixa e enquadrado com a sensação de estar protegido, vivendo em um sonho de tolo onde o equilíbrio não pode ser abalado. Quem

não se enquadra certamente é excluído. Ainda hoje parecemos viver e pagar o preço o autor diz “o mal-estar da modernidade”, ou seja, vivemos numa cultura de normas e imposições.

Entretanto, muitos ainda vêem na modernidade algo que transforma algo novo e que temos que seguir: modo de relacionarmos, vestirmos, comportarmos, ou seja, seguir um padrão imposto e se algo estiver fora é visto como imposição, um exemplo disso são os presídios, os manicômios, onde temos indivíduos que de uma forma ou de outra não pertencem ao tripé da modernidade: Beleza, Limpeza e Ordem. A juventude, ou melhor, os jovens autores de infrações estão dentro de debates sobre a redução da maioria penal.

Andrade (2007), alerta que a grande discussão sobre a redução da maioria penal está ligada com a dor das famílias que são vítimas de jovens autores de violência, então segundo o autor torna-se “fácil mobilizar a opinião pública para temas que, na verdade, precisam de tempo, maturação, reflexão crítica, análise fina de dados e, sobretudo, responsabilidade cidadã” (Andrade, 2007 p. 20).

Fica fácil perceber também segundo o autor que a sociedade é feita de regras e de limites e quem quebra tem que de alguma forma pagar. O autor destaca como nos da sociedade resolvemos a questão. Parece mais fácil “impor leis mais severas, penas mais duras, limites proibitivos mais rígidos” (Andrade, 2007 p. 21).

A modernidade, segundo Bauman (1998, p. 11 a 43 – 102 a 113), é uma forma de controle que utiliza a liberdade como lema, “o homem é livre para estar na história, onde ele trabalha, consome e é feliz”, mas que a história para ser contada precisa de um “enredo” e foram utilizando os exemplos de pequenas comunidades para grandes

idades, pequeno agricultor para estados agrários que se criou o “enredo” das sociedades modernas.

Entretanto este homem tem um papel a cumprir dentro da sociedade moderna. Segue um padrão que é cobrado, onde o tempo é um problema, pois o tempo é entendido como dinheiro o que ontem foi bom o hoje será melhor, o autor cita um exemplo a tecnologia, onde sempre tem no mercado algo nova e mais moderno, celulares, computadores, etc..

O conceito de globalização, segundo Vieira (2001, 93 a 112) é que vai mostrar-nos a idéia de redes, onde um país tem “liberdade cõo o outro tanto no diz respeito à economia, política e a cultura”. Entretanto, o termo globalização está fortemente ligado ao poder econômico e social, principalmente dos países ricos que impõem barreiras e sanções como lema do livre comércio. O que ocorre é uma exploração da mão de obra e da produção de bens manufaturados ou naturais dos países pobres, e ao mesmo tempo em que a população é ludibria a ter uma necessidade de mercado, essencialmente os/as jovens para o uso de produtos industrializados, aumentando o consumo e retroalimentando à ilusão de que o livre comércio nos iguala.

A globalização nada mais é do que o capitalismo com outra roupagem com outra cara, mas com o mesmo objetivo: normalizar, ou seja, escravizar os países pobres aos países ricos, e nesta história vira um problema social.

Os conceitos de modernidade e globalização citados acima, são pano de fundo da nossa análise o olhar da sociedade para a juventude, não queremos aqui esgotar essa discussão, apenas levantar alguns desdobramentos e/ou conseqüências desse olhar na vida dos/as jovens no mercado de trabalho, nos meios de comunicação. E os

impactos que isso causam nos/as jovens, afinal segundo o Instituto Cidadania (2004, p. 09 a 18), hoje os/as jovens são 20% da população brasileira.

Juventude: Outros olhares

Mas quem é essa juventude? E os estereótipos de geração da crise? Segundo Foracchi (1972, p. 19 a 32), estas respostas não são fechadas, pois para entender a juventude é fundamental antes de tudo entender como a cultura e a sociedade elaboram este jovem, ou seja, com suas normas e valores.

A autora não descarta que a juventude faz parte de um fator de maturação e de preparação para a vida adulta, mas ela vai, além disso, e diz que depende de como a sociedade avalia este processo de desenvolvimento, pois em algumas sociedades não existem juventudes pelo simples fato de que estes jovens são enquadrados na cultura, no social que veio sendo perpetuado de geração em geração.

Segundo a autora, as crises que se dá nas gerações são na verdade as respostas institucionais oferecidas pela sociedade, ou seja, as crises se dão de acordo com o padrão de juventude de cada sociedade e de cada cultura.

Para aprofundar essa questão de crise, Debert (1999, p. 38 a 53), em seu livro “A invenção da velhice”, observa que a chamada “crise da juventude” está relacionada a permissividade social, ou seja, a sociedade determina em que tempo este jovem pode casar, participar da sociedade. E segundo a autora, esses critérios e/ou regras são relacionadas à idade cronológica: maioridade legal, entrada no mercado de trabalho e outras, elas estão intimamente ligadas a culturas ocidentais. Efeitos de um processo de globalização e da modernidade.

Na carona da modernidade os meios de comunicação, segundo Carmo (2001, p. 09 a 19), passaram a ter um interesse social pela juventude. Vêem neles fontes de ampliar suas riquezas, pois utiliza os/as jovens como produto de venda da moda e beleza, tendo uma conotação de formas genéricas, ou seja, querem enquadrar o jovem a um produto e não estão preocupados em entender o fenômeno juventude no plural.

Para Costa (2004, 75 a 88), os jovens são muito cobrados, são produtos de trabalho, mantendo a sociedade de consumo, os apelos por comprar e vestir dita bem “quem é quem”, entretanto essa evidência não é mostrada de forma clara, e sim, sutil, lenta e continua. Afinal, o mercado necessita destes jovens, passando uma imagem de que a juventude hoje deve estar à frente e ter tudo para ser um vencedor.

Os indivíduos, com maior ou menor clareza, sabem que o preço pago por ser “vencedor” é extorsivo. Muitos começam a buscar refúgio em práticas corporais, de natureza leiga ou espiritual... mesmo sem perceber estes sujeitos criam focos de contestação ao modo de vida hegemônico.(Costa 2004, p. 86)

No mercado de trabalho, Guimarães (2005, p. 149 a 174), faz uma análise destes jovens, observa que a muitas razões para inserir estes jovens no mercado. Exploração da mão de obra, criatividade, dinamismo e tantas outras. Porém, para a autora o destaque é como a sociedade cria este novo papel dos/as jovens, tratando-os/as como adultos, sendo uma forma de acabar com a preocupação do jovem problema, e envelhecendo o jovem com regras e controle.

A juventude enfrenta vários níveis de desafios, uma primeira é esse enquadramento de uma única juventude, pois não é vista como juventudes e não é respeitada na sua singularidade.

Compreendemos que nosso olhar sobre a juventude, precisa caminhar para o plural, juventudes, só assim quebraremos os vários rótulos estereotipados de uma geração problema. Será que essa concepção não seria de uma sociedade problema?

Sabemos que as juventudes são uma parcela significativa da sociedade, possuem grandes influências seja como consumista, política, revolucionaria e/ou crítica.

Ela está despertando grande interesse seja no nível econômico, cultural e social. É crescente e notável que as juventudes incomodam, pelas suas peculiaridade e singularidades. E essa busca de estudar esse fenômeno suas tribos e a rede que os cercam, demonstram que os/as jovens estão ocupando seu lugar de respeito na sociedade e alargando seus horizontes e a luta de ser sujeito de respeito de sua historia e protagonista do seu projeto de vida.

Capítulo II – Exclusão Social

Como falar em como a juventude está diretamente ligado a exclusão social dedicamos este capítulo para tentarmos entender como a/o jovens estão dentro da exclusão social.

IES indica que o Brasil disputa a posição de pior distribuição de renda do planeta, juntamente com Serra Leoa e Guatemala, e possui taxas de homicídio superiores a países em guerra civil. O Brasil encontra-se na 109ª posição do IES, para um total de 175 países pesquisados. Ou seja, a 15ª economia mundial e dona do 31ª maior renda per capita do planeta situa-se, em termos de exclusão social, no bloco de países com as piores posições em termos de desenvolvimento material. (Marcio Pochmann 2004).

O pano de fundo da exclusão social está uma história que marca a vida dos brasileiros, primeiro pela questão da escravidão, nos somos um país que utilizou desta forma de exploração por mais de 200 anos. E que até hoje nos dizemos sem preconceitos e as cotas para negros nas universidades ainda causa tanta polêmicas e discussões.

Zioni (2006), em seu artigo publicado na Revista Saúde e Sociedade, tratam exclusão social como um fenômeno da própria sociedade são segundo a autora os inadequados: “prostitutas, marginais, delinquentes” e acrescenta que estas classes são oriundas das organizações sociais que não se trata somente da pobreza. Pois estas

classes estão à margem da sociedade e que de alguma forma não se adequaram as suas regras impostas.

A autora chama a atenção sobre o crescimento desordenado urbano que é a conseqüência do êxito rural, cujo fenômeno causa muitas vezes o afastamento; da cultura local da família, etc. que causam uma exclusão não só individual, mas social. Buscando o sonho de vencer muitas jovens saem de suas casas no interior e vêm para a capital sem ter qualquer tipo de experiência profissional ou algum curso profissionalizante, até porque nos interiores não existem.

Até hoje segundo a autora vivemos sendo excluídos porque a ausência de trabalho, qualificação, moradia e meios de tecnologia e os meios urbanos vendem uma imagem de que tudo pode ser fácil de conseguir que basta apenas o seu próprio esforço e na verdade não é isto que se vê.

A substituição do homem pela maquina é um dos exemplos, em Goiânia, mudou-se a forma de pagar passagem nos transportes coletivos utilizando uma forma informatizada, o resultado desta mudança foi colocando todos/as os/as cobradores/as fora das empresas, gerando assim uma demissão em massa de muitos pais e mães de família e o mercado até hoje não conseguiu absorver estes profissionais em outras frentes de trabalho até por falta de qualificação em tecnologia.

Outra forma de exclusão foi a de famílias que viviam em uma área da grande Goiânia, o Parque Oeste Industrial. Estas famílias construíram as sua casa em um terreno particular, mas que há muito tempo não pagava os impostos então planejaram a construção de um sonho que é o da moradia.

Mas o sonho acabou mal, pois os donos do terreno entraram com uma ação de reintegração de posse e as famílias que ali residiram viram o sonho ser colocado no

chão, com requinte de violência, provando mais uma vez de todo o tipo de sorte e de nomes “invasores”.

A autora destaca que nos da sociedade não fazemos nada porque os dirigentes, ou seja, os políticos conseguem convencer a opinião pública de que estão certos, como, por exemplo, no caso do Parque Oeste Industrial foi exatamente o que aconteceu, mataram e derrubaram as suas casas e o que nos fizemos nada.

Que perderam não só a casa, mas a sua dignidade e sua cultura. A história que foi contada foi a mais perversa forma de exclusão que temos notícia aqui em Goiás, pois os governantes passaram não só em cima das casas, mas também de todos/as que lutam por justiça e paz.

Estas famílias ficaram debaixo de lonas esperando a construção de casas em outra localidade, onde não existe nenhum tipo de estrutura física, ou seja, não tem água tratada, esgoto, ônibus, escola, etc.

A autora destaca que ao longo da história este tipo de estratégia foi e é muito utilizado, encontrar um local onde podemos deixar os “inaptos para o progresso” (Zioni, 2006, p. 17). Se analisássemos a construção de asilos, casa de recuperação, presídio, manicômios que historicamente é uma forma de exclusão.

Estes tipos de espaços são conhecidos e justificados pela sociedade como a única forma de recuperar os “inaptos” onde a fachada são espaços de recuperação e re-introdução na sociedade, mas que nem sempre acontece.

No caso dos manicômios existiu uma grande luta para que todos fossem fechados, mas nesta época descobriu pessoas que estavam lá a mais de 40 anos, perderam a família, a história e a memória de quem era o que fazia.

Os presídios também não existem um trabalho realmente eficaz no sentido de pagar a pena e sair socialmente “recuperado” em muitos casos o indivíduo sai sem nenhuma perspectiva principalmente profissional.

A exclusão social, então seria um fenômeno marginal que diria respeito a grupos definidos como subproletariados, mas sim um processo que afetaria, de acordo com as estatísticas, um número cada vez maior de pessoas. (Zioni 2006, p. 5).

Se pensarmos dentro deste recorte a autora fala, lembramos de um tema que está ganhando espaço na mídia que é a discussão sobre a redução da maior idade penal. Não podemos ficar em cima do muro e se fizermos esta forma de raciocínio entenderemos que nada vai resolver.

Porque não existe espaço com um trabalho realmente eficiente e que os jovens podem sair de lá agentes de mudanças o que existem são estes espaços dos “inaptos do progresso”, onde servem apenas para isolar e não socializar.

Pois segundo Cavalcante (2007), mostra que a população jovem empobrecida são as maiores vítimas de assassinatos o que segundo a autora já é um rebaixamento da maioria penal “sob a forma de pena de morte” (Cavalcante, 2007 p. 23).

Um estudo publicado pela USP mostra que a população de 0 a 19 anos no Brasil foi alvo, entre 1980 a 2002, de 110.320 homicídios. São mais de 13 homicídios por dia cometidos contra uma criança ou um adolescente. Este número cresceu 316% nesse período. Pela primeira vez na história moderna temos uma defasagem demográfica da população jovem brasileira: entre 1994 a 2004, as mortes de jovens entre 15 a 24 anos aumentaram 48,4%, enquanto o crescimento

populacional foi de 16,5%. Estamos sistematicamente marginalizando e exterminando as futuras gerações de brasileiros – pobres, naturalmente. (Cavalcante, 2007 p. 23).

Por esta razão entendemos o quanto é importante à discussão sobre as políticas públicas para a juventude. Visualizamos nela um outro mundo possível para a juventude.

Capítulo III – Além dos conceitos

Políticas Públicas:

No texto de Silva (2007), o autor descreve alguns conceitos interessantes separados por grupos conceituais: Política e Políticas Públicas.

A primeira política Silva (2007), destaca a linha de ciência só que uma ciência baseada no Estado “sistemas de regras respeitantes à direção dos negócios” e como toda ciência possui regras no sentido de afirmar o Estado, uma política que responde ao povo, mas sem fugir as regras de afirmação do Estado. “Política antes de tudo, é um instrumento pertencente ao povo, através do qual amplia-se a sua capacidade de promover a transformação social”. (Silva, 2007 p. 1).

Políticas públicas, aqui o autor coloca que políticas públicas não nascem naturalmente e sim foi uma demanda de lutas na busca de direitos sociais, a busca significa acessibilidade de todas/os que nascem para atender a uma determinada questão.

Na linha das políticas publicas a juventude esta em pauta e é necessário fazer antes de tudo uma analise situacional, ou seja, tem que partir de uma demanda da população observar as condições sociais em que estes/as jovens estão inseridos.

Castro, Abramovay, lima e Pinheiro (2004 p.116 a 117), sugere que políticas públicas para a juventude seja baseada em um enfoque “geracional-juvenil”, que seja políticas de/para/e com a juventude que os jovens participem da elaboração.

Nesta perspectiva retira-se o *slogan* de usuário e passa a ser autor de mudança, Silva (2007) em seu texto Políticas públicas para a juventude exemplifica que autor...

“São aqueles (as) que têm alguma coisa em jogo no tocante a uma questão e que possuem algum tipo de recurso e poder, ou seja, atores são os que podem vir a ganhar ou perder. Podem ser afetados pelas decisões e ações”. Silva (2007 p. 2).

Para isto segundo Castro, Abramovay, Lima e Pinheiro (2004 p. 118 a 119) e fundamental seguir critérios:

I. Considerar os jovens a partir de uma perspectiva duplas: como beneficiários dos serviços e como atores estratégicos do desenvolvimento.

II. Funcionar com base em um ajuste de esforços entre todas as instituições envolvidas.

III. Ser definida, compreendendo efetiva distribuição de papéis e funções entre os diversos atores institucionais.

IV. Sustentar-se no fortalecimento das redes institucionais existentes e/ou criando outras em esferas onde elas não existem.

V. Funcionar com base na descentralização territorial e institucional.

VI. Responder à heterogeneidade dos grupos, juvenis, existentes, focalizando ações diferenciadas, como, por exemplo, considerar os que só estudam, os que trabalham e estudam, os que só trabalham e os que não trabalham e não estudam.

VII. Promover a participação mais ampla e ativa dos jovens em seu desenho, implementação e avaliação efetiva.

VIII. Contar com uma perspectiva de gênero, oferecendo oportunidades e possibilidades iguais a homens e mulheres e sendo sensível aos direitos sexuais, reprodutivos e outros das mulheres, e uma orientação contrária à discriminação e desigualdade ético-raciais.

IX. Realizar um esforço deliberado para sensibilizar os tomadores de decisões e opinião pública em geral sobre temas relacionados a juventude e combater estereótipos sobre os jovens.

Os autores alertam que ainda é um desafio formular políticas públicas para a juventude, considerando que de acordo com o IBGE, existem 34.092.224 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, mas se considerar a faixa etária de 25 a 29 anos o número salta para 47.939.723 milhões de jovens no Brasil (IBGE, 2002), se formular as políticas públicas para a juventude por idade fica complicado, pois é preciso saber qual a particularidade de cada jovem nesta situação.

Utilizando ainda com base o enfoque “geracional-juvenil”, os autores questionam uma diversidade de programas existentes no Brasil, e como usar parâmetros para medir se realmente responde as necessidades dos/as jovens? Pois segundo os autores, são programas de diversos Ministérios e tem uma linha específica, ou seja, se for na linha da moradia é somente casa, etc.

Os autores questionam no sentido de que os programas possam contribuir para a formação de redes, ou seja, se o/a jovem é beneficiado com moradia possa ter acesso à educação, renda, etc. potencializando a participação do ator, com vez e voz.

Políticas Públicas para a juventude: Primeiras Conquistas

A equipe da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) elaborou um guia de Políticas Públicas para a juventude e o apresentam dizendo:

“Entender as singularidades as peculiaridades das juventudes e garantir direitos a esta geração são fatores fundamentais para consolidar a democracia no Brasil, com a inclusão social. É esta a perspectiva que norteia o Governo Federal na concepção e implantação de políticas públicas de juventude” (SNJ, 2006, p. 05).

Em 2004 acontece à criação do “grupo interministerial” (SNJ 2006, p. 05) que é coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República e composto por 19 ministérios e este grupo fez um levantamento dos principais programas federais para a juventude e em consequência disso saiu um diagnóstico da situação dos jovens.

Como primeiro resultado foi a “definição da Política Nacional de Juventude” (SNJ 2006, p. 05), cuja implementação é coordenada pela SNJ, o que não deixa de ser um ganho para a juventude, pois ela começa a entrar em pauta federal.

A SNJ pontua que antes os programas sociais estavam voltados para uma faixa etária de até 18, deixando os/as jovens sem prioridades então houve avanços como no caso do Programa Sentinela que já estendeu esta idade para os/as jovens atendidos.

A SNJ considera juventude na faixa etária dos 15 e 29 anos então a SNJ é responsável por articular programas e projetos para esta faixa etária, a nível federal, para um segmento municipal, estadual e federal.

“interagir com os poderes Judiciário e Legislativo na construção de políticas amplas, e promover espaços para que a juventude participe da construção dessas políticas” (SNJ 2006, p. 08).

A SNJ publicou através de um diagnóstico da juventude a partir das condições socioeconômicas nove desafios:

1. *Ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade;*
2. *Eradicar o analfabetismo;*
3. *Preparar para o mundo do trabalho;*
4. *Gerar trabalho e renda;*
5. *Promover uma vida saudável;*
6. *Democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação;*
7. *Promover os direitos humanos e as políticas afirmativas;*
8. *Estimular a cidadania e a participação social;*
9. *Melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais; (SNJ 2006 p.08).*

Sem dúvida é um grande desafio mais o fundamental é que a juventude começa, apesar de tarde, a ganhar este espaço de tão importante de debates e projetos e a consequência disso são políticas públicas realmente para a juventude.

Outro passo foi o CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude-criado em 2005 pela Lei 11.129 e regulamentado pelo decreto presidencial 5.490 de 14 de Julho de 2007. Com a finalidade de formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas

à promoção de políticas públicas (CONJUVE, 2007 p. 05). E tem como objetivo assessorar a SNJ.

“O CONJUVE é formado por representantes do poder público e da sociedade. A sociedade civil é representada por dois terços dos membros do conselho e participa por meio de entidades, movimentos e redes de jovens, de organizações não-governamentais que trabalham com os mais diversos segmentos juvenis e de especialistas na temática juventude” (SNJ 2006, p. 09).

O primeiro passo do CONJUVE foi à construção de diretrizes para políticas públicas para a juventude e a partir dos seguintes eixos:

“Educação, trabalho, cultura e tecnologias de informação, qualidade de vida - meio ambiente, saúde, esporte e lazer, e vida segura – valorização da diversidade e respeito aos Direitos Humanos” (CONJUVE 2007, p. 05)

Então partindo destes eixos as conselheiras e os conselheiros, encontraram parâmetros técnicos embasados em dados e diagnósticos a cerca da juventude, a partir deles encontrar uma forma de inserção nas políticas públicas de juventude.

O papel do CONJUVE dentro destas políticas públicas para a juventude é de fiscalizar e controlar a execução, mas como ainda não existem políticas públicas para este setor a opção do CONJUVE foi a de discutir e formular documentos sobre a juventude.

Uma dos tantos programas do Governo Federal para a juventude está o Programa Sentinela que tem um publico alvo especifico crianças/adolescentes vitimas de violência utilizaremos como exemplo para conhecer uma experiência em curso.

Programa sentinela:

Conceito de Violência:

A violência contra os/as jovens, constitui-se em um fenômeno complexo, cuja compreensão deve ser situada nos contextos: econômico, histórico, cultural, jurídico, político e psicossocial. Panorama estes que configuram a estrutura da sociedade brasileira, estabelecendo seus valores e suas relações de gênero, etnia e de poder.

Embora as violências contra os/as jovens tenham tido maior visibilidade nos últimos anos, por intermédio de denúncias públicas e de campanhas, esse fenômeno ainda é difícil de ser quantificado, pois se manifesta de forma variada, não se restringindo a um determinado estado, região ou cidade do país.

A compreensão da raiz da violência é uma incógnita, muitos autores dizem que possuem elementos históricos, outros trabalham nos vieses da política e da cultura. Pensamos que violência está diretamente ligada à falta de má distribuição de renda.

Entretanto, as várias maneiras da violência se manifestar são bem visível vivenciada principalmente pelos/as crianças, adolescentes e jovens, dentre os tipos de violência podemos citar:

- **Violência Doméstica:** É todo ato ou omissão praticado por pais ou responsáveis contra um indivíduo, sejam eles crianças, adolescentes ou jovens que sendo capaz de provocar danos físicos, sexual e psicológico à vítima, implica de um lado numa transgressão de poder. (Barbosa, 1999).
- **Violência Sexual:** É sempre um ato de força, quer seja física, psicológica ou moral, praticado contra crianças, adolescentes e jovens pelo violentador/a

que detém sobre eles poder de autoridade, dominação, coerção e coação, para satisfação unilateral de seus desejos (prazer sexual) e para tirar vantagens (lucros, bens, coisas). (Barbosa, 1999).

- Abuso sexual: É uma situação em que uma criança, adolescente e jovem são usados para gratificação de um adulto, baseado em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência. (Barbosa, 1999).
- Exploração sexual comercial: Exploração sexual para fins comerciais trata-se de uma prática que envolve troca de dinheiro ou favores entre usuários, um intermediário (agente, aliciador) e outro que obtém lucro com a compra e venda do uso do corpo das crianças, adolescentes e jovens, como se fosse mercadorias. (Barbosa, 1999).
- Violência física: Uso da força física intencional ou os atos de omissão intencionais, não-acidentais, praticados por pais ou responsáveis das crianças, adolescentes e jovens, com o objetivo de ferir, danificar e disciplinar estas crianças, adolescentes e jovens, deixando ou não marcas evidentes. (Barbosa, 1999).
- Violência Psicológica: Rejeição, isolamento, depreciação, desrespeito, ameaças, ataques físicos, brigas e violências (dos pais) é utilização das crianças, adolescentes e jovens, como objeto do adulto, cobranças e punições exageradas são formas de violência psicológica que podem trazer grandes danos ao desenvolvimento psicológico, físico, sexual e social. Pela sutileza do ato e pela falta de evidências imediatas, este tipo de violência é

um dos mais difíceis de caracterizar, apesar de extremamente freqüente. (Barbosa, 1999).

- Negligência: Representa uma omissão em termos as necessidades físicas e emocionais de uma criança, adolesceste e jovem para seu desenvolvimento. Configura-se quando os pais ou responsáveis e o estado falham em termos de prover as necessidades físicas, saúde, educacionais e higiênicas a seus filhos. (Barbosa, 1999).

Para que tipos de violência como estes não aconteçam a melhor iniciativa ainda é a prevenção que uma responsabilidade de todos/as, independente da classe social, da religião, da escola, dos serviços de saúde.

A OMS (Organização Mundial de Saúde) classifica a prevenção nas seguintes categorias:

- Prevenção Primária: É aquela que tem como objetivo a eliminação ou redução dos fatores sociais, culturais e ambientais que favorecem os maus-tratos. Atua nas causas da violência doméstica.
- Prevenção Secundária: Tem como objetivo detectar, o mais rápido possível, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade impedindo os atos de violência e/ou a sua repetição. Atua em situações já existentes.
- Prevenção Terciária: tem por objetivo o acompanhamento integral da vítima e do agressor.

Experiências do programa Sentinela:

Buscando resolver estas questões de violência contra crianças e adolescente a sociedade civil organizada, os poderes públicos e o Governo Federal, resolvem desenvolver uma política de enfrentamento a violência, com a missão de transformar o quadro que estamos vivenciando hoje. Que ainda é de poucos casos notificados.

O Governo Federal cria em 2003 a Comissão Intersetorial de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, com o objetivo de integrar os programas e as ações de âmbito federal, a comissão intersectorial tem como principal tarefa a proposição de políticas públicas para a erradicação da violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nesta perspectiva de políticas públicas o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome cria em 2002 o Programa Sentinela que é um conjunto de ações sociais especializadas e multiprofissionais dirigidas ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias envolvidas com a violência sexual. O programa foi estruturado para atender as determinações da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Orgânica de Assistência Social e do Plano nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-juvenil.

O Programa Sentinela constitui-se numa ação de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, inserindo no Programa de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e, está atualmente em todos estados da federação e no Distrito Federal.

Como todo programa o Sentinela tem muitos desafios entre eles é a busca de uma maior qualificação das redes locais para o atendimento dos casos de violência sexual. A rede neste caso tem uma grande importância para que os profissionais possam trabalhar de forma organizada onde as informações são uma via de mão dupla.

Falar do trabalho em rede, portanto, pressupõe um movimento dinâmico que funciona à base de ligações de um trabalho coletivo, cuja agilidade e eficiência dependem de ações conjuntas e compartilhadas.

As redes contam com: Conselho Tutelar da Criança e adolescente, União, Judiciário, Sociedade.

Com base, mas redes criar uma proposta no plano nacional de prevenção a todo tipo de violência, mas no caso do Sentinela violência sexual.

1. Aumento da participação do público em geral e de agentes sociais nos eventos voltados para a prevenção e combate a violência sexual (realização de fóruns, seminários, congressos, cursos, etc.).
2. Redução do número de violação dos direitos das crianças e adolescentes, com ênfase nos crimes sexuais.
3. Aumento dos níveis de escolarização da população infanto-juvenil.

Dados da pesquisa

O objetivo da pesquisa foi o de verificar como esta as condições de exclusão social dos/as jovens entrevistados, num publico de 45 jovens atendidos pelo Programa Sentinela deste foram retirados 10 utilizando o critério primeiro da idade de 15 a 29 anos, seguindo como parâmetro a SNJ que assim considera a juventude nesta faixa etária.

A pesquisa foi com jovens e adolescentes que são usuários do Programa Sentinela da cidade de Professor Jamil-Goiás, o município está situado no Centro-Sul Goiano, distante 80 km da capital Goiana.

Seis participantes são do sexo feminino e 4 do sexo masculino as idades são de 16 a 22 anos, já que o Programa não tem procura além desta idade até o momento. O convite surgiu para auxiliar nas respostas de um questionário sobre como vivem, sendo este bem aceito.

A primeira pergunta serviu para identificar como é composta esta família, com quem moram, pois alguns destes/as jovens por motivos de violências são encaminhados para o Conselho Tutelar para verificar as condições familiares, condições estas/es jovens são encaminhados para famílias acolhedoras.

Que é um serviço implantado a partir de uma residência comum, onde o/a jovem vitimadas/os é acolhida em famílias substitutas na própria comunidade.

Quando a justiça determina o afastamento do/a agressor/as do lar, na execução desse serviço, o Estado deve também prever o acolhimento da/a jovem na própria família de origem, deste que sejam comprovadas as condições de cumprir com o dever de criar e proteger e educar.

Nos dados mostram que dos dez entrevistados seis moram com a mãe e quatro com os pais, a renda familiar não ultrapassa um salário mínimo. Os jovens participam de alguns programas sociais, mas tem um limite de idade no caso do bolsa família depende do numero de pessoa que tem em casa.

Comparando este dados com o IDH, constatamos que esta/es jovens estão sim excluídos socialmente, pois um dos pontos de analise é a renda familiar. E na cidade é fácil perceber esta exclusão, não existem muitas opções de trabalho.

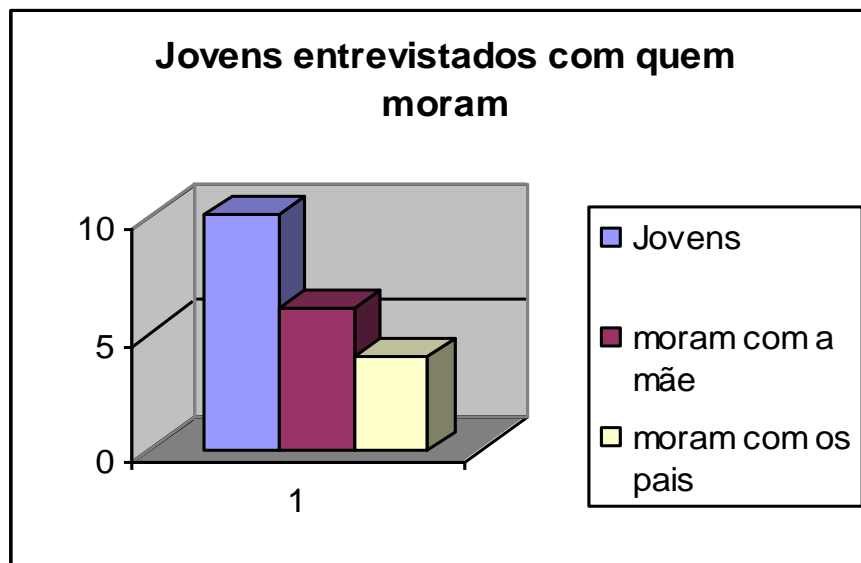


Figura 1

A cidade não conta com nenhuma forma de incentivo ao trabalho nem dos jovens nem dos pais. A forma de se conseguir trabalho na cidade é trabalho rural ou domestico. O trabalho rural é mais remunerado, mas só tem vagas para homens.

Alguns dos jovens atendidos no Programa Sentinela já tiveram ou tem experiências de trabalho, o que muitas vezes é a remuneração é diferenciada dos adultos, mas de alguma forma eles/as precisam ajudar em casa, pois o sustento é bastante difícil.

A figura 1 mostra outro dado preocupante que é a maioria dos/as jovens não tiveram contato nenhum com o pai, por ser uma cidade cortada pela BR 153 na cidade aparecem e desaparecem muitas pessoas, pois estão apenas de passagem pela cidade.

Então estes/as jovens perdem o contato com a família paterna completamente, ficando sem ter referenciais da família de origem.

Figura 2 - Outro dado que chama a atenção são as opções de lazer, a cidade de Professor Jamil não possui nada voltado para a juventude, os programas existentes são o PETI e o Programa Sentinela, a cidade possui um campo de futebol muito bem gramado, mas os/as jovens sofrem pela falta de material e de professores para ter aulas de futebol.

A maioria se encontra apenas na escola e no intervalo de recreio gostam muito de jogar bola. A escola não possui um espaço para esta prática esportiva, utiliza do pátio da escola.

Na escola as matérias de Educação Física podem falar que não existe, pois a professora que ministra a matéria não é formada na área e não possui atividades físicas, por não ter condições de explicar e nem espaço para tal.

Ficando mais uma vez claro a exclusão social, como já discutimos na teoria, pois os/as jovens estão incluídos na escola, mas as escolas não dispõem dos meios para incluir os/as jovens, tanto as escolas municipais quanto estaduais.

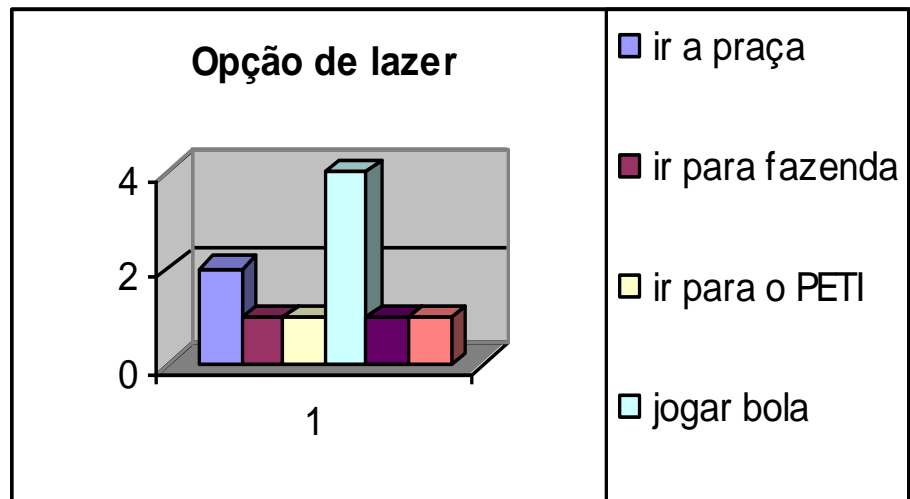


Figura 2

Observando ainda a figura 2, percebe que lazer não existe, mas estes/as jovens tem acesso ao computador através da escola onde podem utilizar inclusive para acessar a internet, alguns deles têm e-mails e orkut. Mas no período de férias e final de semana a escola fica fechada deixando de ser um espaço de atividades.

O poder político não lembra da população jovem nem em época de eleição, porque ainda na cidade juventude é sinônimo de investimento, porque ainda não existe e não existe também um projeto na cidade a idéia de possui um espaço de integração destas tribos.

Uma opção talvez fosse à criação um programa de esportes de diversas modalidades em um mesmo espaço, a escola poderia ser bem mais aproveitada para praticas de pesquisas na internet, já que a cidade não possui outros locais.

Outra opção são aproveitar espaços da própria comunidade para formar grupos entre estes/as jovens, e não só em festas onde o consumo de bebidas alcoólicas é muito grande, formar grupos construtivos de teatro, futebol, etc.

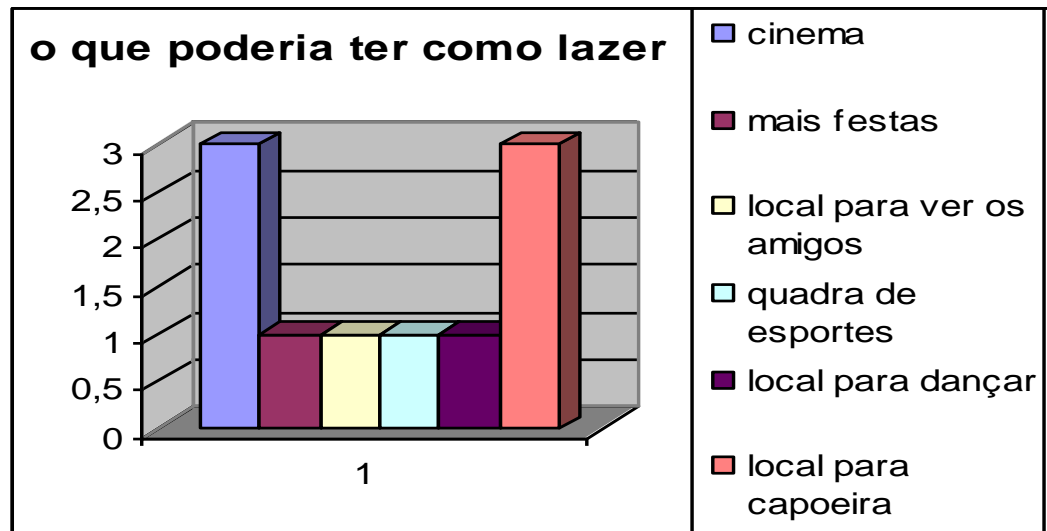


Figura 3

A pergunta foi bem direta no sentido de saber qual seria a resposta primeira, para verificar a real necessidade do/as jovens no sentido de lazer e cultura. E percebemos o que na cidade falta espaços simples como quadra de esportes.

Não podemos deixar de falar na carência com que passa muitas cidades do interior do país, o que fica claro a cada dia com o êxodo rural, mais existem formas eficazes para resolver alguns problemas.

No caso da figura 3 percebe-se que o tipo de investimento que os jovens querem não é tão caro assim. Até mesmo o cinema fica fácil de conseguir se houver vontade política. Como já acontece em muitos locais são os cinemas nas praças em forma de festival, a população participa e há uma integração entre todos/as.

Conclusão

Escolhi este tipo de pesquisa para o trabalho de conclusão do curso de especialista na pós-graduação em adolescência e juventude no mundo contemporâneo, por alguns motivos, o primeiro foi por trabalhar com juventude há muito tempo a nível voluntário, ou seja, algo para mim prazeroso, gostoso e cheio de descobertas e aprendizagem.

Outro motivo foi o de estar trabalhando em um área municipal que recebe recursos do Governo Federal, o Programa Sentinela que hoje com a norma do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, é o Centro de Referência em Assistência Social – CRAS.

O que me despertou a fazer este trabalho foi observar como acontece a exclusão e como às vezes ela parece não existir.

Trabalhando enquanto voluntária ainda não tinha percebido o quanto o/a jovem é excluído, pois pensando que ele/as tinha informação morava na cidade não tinha tanta exclusão.

Hoje trabalhando com jovens do interior e que sofre falta de tudo, foi importante para abrir meus horizontes e clarear através da teoria como a exclusão ainda esta forte mesmo hoje no mundo da tecnologia rápida.

Entendendo então exclusão social no sentido amplo, ou seja, dar voz a população no sentido de participação e acompanhamento das políticas públicas. Pois neste contexto amplia a participação de todos/as nas esferas: municipais, social e governamental.

Pensando desta forma poderíamos visualizar políticas públicas de/para/com a juventude e não apenas programas focados como as redistribuições de rendas, que são medidas que não resolvem o foco da questão apenas são paliativas.

Observamos na pesquisa que os/as jovens querem ter locais de acesso ao lazer, mas estes espaços poderiam ser locais de participação dos/as autores/as nas demandas das políticas públicas onde pudessem elaborar uma proposta de atuação realmente eficiente e não só pontuais, fortalecendo assim a participação grupal e não individual.

Assim, compararmos os inúmeros programas sociais ganharia força na base, ou seja, no local de execução. Um exemplo são as distribuições de recursos Federais, sabemos que existem conselhos que fiscalizam, mas que na maioria das vezes as decisões são tomadas por apenas um governante.

No caso do Programa Sentinela os recursos disponíveis e o número de profissionais são irrisório para desenvolver uma atuação a nível grupal. Seria fundamental uma participação da população no sentido de cobrar por este trabalho fundamental na vida dos/as jovens e da população como um todo.

Bibliografia

- ANDRADE, Marcelo. *Há algo de educativo na redução da maioridade penal?* In MAGIS. Centro Loyola de Fé e Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Caderno especial Nº. 3: Não à redução da maioridade penal. 2007.
- BARBOSA, Hélia. *Abuso e exploração sexual de criança: causas, prevenção e atendimento no Brasil*. In Unesco, *Inocência em perigo*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- BRAUMAN, Zygmunt. *O Mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. 1998.
- BOCK, Ana M. Bahia. Furtado, Odair e Teixeira, Maria de Lurdes T.: *Psicologias*. 3º. Ed. São Paulo: Editora Saraiva 1989.
- CARMO, Paulo Sérgio. *Cadernos Adenauer II. As caras da juventude*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.
- CASTRO, Mary Garcia, ABRAMOVAY, Miriam, LIMA, Fabiano, PINHEIRO, Leonardo. *Políticas Públicas de/para/com juventudes*. Unesco, Brasília/DF, 2004.
- CASTANHA, Neide. *Política da criança e do adolescente*. Inesc. 2003.
- _____. *Plano Nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil*. Relatório do monitoramento 2003-2004. Brasília. 2006.
- CAVALCANTE, Tereza. *Maioridade Penal*. In MAGIS. Centro Loyola de Fé e Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Caderno especial Nº. 3: Não à redução da maioridade penal. 2007.
- DEBERT, G. G. *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. São Paulo: Ed. EDUSP, 1999.

Estatuto da criança e do adolescente. 1990.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1972.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista: 1991.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. Helena Abramo e Pedro Martoni Branco (orgs.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 9º. Ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

ZIONE, Fabíola, *Revista Saúde e Sociedade*. Vol. 15 nº. 3. Set a Dez 2006.

Internet:

Pochmann, Marcio. A exclusão social no Brasil e no Mundo.2004. Disponível em: <http://www.social.org.br/relatorio2004/relatorio016>. Acessado em 25/10/07.

SILVA, Lourival Rodrigues. Políticas Públicas para a juventude. 2004. Disponível em: <http://www.casadajuventude.org.br/index.php?option=content&task=view&id=277&Itemid=0>. Acessado em 26/10/07.